A sombra do latifúndio Gilberto Freire e a produção de alimentos no Brasil-colônia

*Krishna Mendes Monteiro*¹

Introdução

Gilberto Freire foi um dos intelectuais brasileiros cuja vida mais esteve marcada por polêmicas. Autor de clássicos como *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, livros que foram divisores de águas no pensamento social de nosso país, deputado federal pelo Estado de Pernambuco, Cavaleiro Comandante do Império Britânico – título concedido pela rainha Elizabeth II em 1971 –, o sociólogo brasileiro teve sua atuação política marcada por acusações de reacionário e conservador. Entretanto, os métodos de análise utilizados por Freire em suas obras se revestem hoje da maior importância para aqueles que buscam entender o sentido da formação brasileira. Em um dos muitos prefácios escritos ao longo dos anos para *Casa Grande e Senzala*, o sociólogo define seu objetivo principal: realizar, no campo das Ciências Sociais, o que Pablo Picasso havia feito nas artes plásticas, ao decompor a figura humana em um sem número de fragmentos que ainda assim compunham uma unidade. O objeto de análise de Freire, assim, seria a sociedade brasileira nas múltiplas facetas que caracterizaram o regime de economia patriarcal: a política, a econômica, a religiosa, a sexual, a cultural, entre outras. “Um conjunto de imagens e formas que correspondesse ao essencial da experiência inteira de um grupo humano – o pré-brasileiro – situado em espaço tropical, com suas diferenças de raça e de cultura, de civilidade e irracionalidade, que a vida até certo ponto em comum viria atenuar, permitindo, aos extremos, interpretações que acabariam por criar um novo tipo de homem e de cultura: o brasileiro” (Freire, 1997: xli).

(1) Graduando – 3º ano (UNICAMP. Instituto de Economia).

O mosaico construído por Freire em suas obras pode, desta maneira, ser lido e interpretado sob os mais diversos enfoques: o das relações patriarcais que marcaram a família brasileira durante os primeiros anos de nossa formação; o dos colonizadores brancos lutando contra as condições inóspitas do novo mundo; o dos religiosos, responsáveis pelos projetos de cristianização da população indígena das novas terras; o dos próprios indígenas e de sua reação a estes projetos; o do papel do negro e do índio na formação cultural e sexual do brasileiro; e muitos outros mais. Em nosso caso específico, tentaremos dirigir o olhar para a forma como se estruturaram, na obra do sociólogo brasileiro, as relações entre a grande monocultura canavieira, realizada pelos senhores de engenho e voltada para a exportação, e a produção de alimentos para o mercado interno, efetuada na maioria das vezes por pequenos produtores à margem do sistema. Como se davam as relações entre estes dois mundos distintos? A quem eram destinadas as melhores terras? Qual a influência da produção de alimentos na constituição física do povo brasileiro? Tentaremos, neste artigo, encontrar algumas respostas para estas questões no grande e múltiplo painel da sociedade brasileira exposto em *Casa Grande e Senzala*.

Terra de antagonismos e de extremos

Católicos e hereges, jesuítas e fazendeiros, bandeirantes e senhores de engenho, bacharéis e analfabetos, grandes proprietários e párias, senhores e escravos. A tensão e o equilíbrio entre pólos antagonônicos foram, para Gilberto Freire, os traços marcantes da formação brasileira. Desde os primeiros anos de contato com o estranho e exótico território, os que aqui chegavam, vindos do Reino, se deparavam com condições meteorológicas e geológicas tão distintas de sua terra natal, que a colonização por eles empreendida acabou por adquirir, segundo o sociólogo, um caráter *criador*, totalmente distinto daquele presente nas colônias norte-americanas. As tensões que, nos séculos seguintes, seriam nossa marca distintiva já estavam assim prenunciadas na imagem do branco europeu, civilizado, que aqui aportava em busca de fortuna. Afinal de contas, ao contrário da situação dos ingleses no norte e dos espanhóis que desbravavam a Argentina, as condições de vida física encontradas pelos colonos nos trópicos

eram totalmente diversas das européias: solos muitas vezes rebeldes ao plantio, altas temperaturas, enchentes e secas se alternando ao longo do tempo, larvas, insetos e pragas que assolavam a agricultura. O ambiente hostil, comparado ao europeu, conduziu à necessidade de se *recriar* – e não de pura e simplesmente *transplantar* – a civilização do velho mundo nas novas terras inexploradas. Segundo Freire,

“Tudo era aqui desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências, as da nova terra. O solo, excetuadas as manchas de terra preta ou roxa, de excepcional fertilidade, estava longe de ser o bom de se plantar nele tudo o que se quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista. Em grande parte rebelde à disciplina agrícola. Áspero, intratável, impermeável. Os rios, outros inimigos da regularidade do esforço agrícola e da estabilidade da vida de família. Enchentes mortíferas e secas esterilizantes – tal o regime de suas águas. E pelas terras e matagais de tão difícil cultura como pelos rios quase impossíveis de ser aproveitados economicamente na lavoura, na indústria ou no transporte regular de produtos agrícolas – viveiros de larvas, multidões de insetos e de vermes nocivos ao homem” (Freire, 1997: 15).

A recriação e adaptação da cultura européia em meio à hostilidade dos trópicos exigia, dadas as diferenças extremas entre o ambiente europeu e o que aqui se encontrava, inovações na forma de se explorar o espaço e criar riqueza. De nada adiantava transportar para cá os mecanismos de comércio praticados nas feitorias africanas, onde o contato entre o homem branco e os nativos se dava através da simples *troca* de mercadorias – que seriam posteriormente vendidas com altos lucros no mercado europeu – sem que houvesse uma produção organizada. No caso brasileiro, as especiarias pelas quais a alta sociedade portuguesa pagava valores astronômicos eram totalmente desconhecidas dos indígenas que aqui habitavam. “Nem reis de Cananor nem sobas de Sofala encontraram os descobridores do Brasil com quem negociar”, afirma Gilberto Freire, mas “apenas morubixabas. Bugres. Gente quase nua e à toa, dormindo em rede no chão, alimentando-se de farinha de mandioca, de fruta do mato, de caça ou peixe comido cru ou depois de assado em borralho” (Freire, 1997: 24). Tudo o que essa gente tão simples e sem atrativos podia oferecer em termos de escambo de mercadorias eram toneladas e mais toneladas de pau-brasil, colhidas na costa, que não se comparavam, entretanto, em termos de lucros, ao opulento comércio com o Oriente.

Foram exatamente estas particularidades com as quais aqui se defrontaram os portugueses que os tornaram, para o sociólogo brasileiro, tão distintos dos demais exploradores europeus. Segundo suas palavras, “o colonizador português do Brasil foi o primeiro dentre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a de criação local de riqueza. Ainda que riqueza – a criada por eles sob a pressão das circunstâncias americanas – à custa do trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão de instinto econômico que cedo desviou o português da atividade de produzir valores para a de explorá-los, transportá-los ou adquiri-los” (Freire, 1997: 17).

A colonização inovadora das novas terras passou assim a repousar sobre um sistema baseado em adaptações dos descobridores do Brasil nos planos econômico e social. No primeiro caso, a atividade exploradora não era mais realizada através de trocas com uma população indígena com a qual se mantinha contatos superficiais através de feitorias; seu núcleo agora se assentava nas grandes plantações de açúcar, que se estendiam por várias léguas nas melhores faixas de terra do litoral e que se utilizavam da mão-de-obra escrava como força de trabalho. Eram, em sua grande maioria, fruto do alto risco corrido por membros da pequena nobreza lusa, que em uma atitude ousada resolveram arriscar seus capitais nas regiões desconhecidas, inóspitas e muitas vezes habitadas por nativos hostis. Tal sistema representava uma mudança radical nas atividades econômicas que os habitantes do reino vinham desenvolvendo naturalmente nos últimos séculos:

“É verdade que muitos dos colonos que aqui se tornaram grandes proprietários rurais não tinham pela terra nenhum amor nem gosto pela sua cultura. Há séculos que em Portugal o mercantilismo burguês e semita, por um lado, e, por outro lado, a escravidão moura sucedida pela negra, haviam transformado o antigo povo de reis lavradores no mais comercializado e menos rural da Europa. No século XVI é o próprio rei que dá despacho não em nenhum castelo gótico cercado de pinheiros mas por cima de uns armazéns à beira do rio; e ele e tudo que é grande fidalgo enriquecem no tráfico de mercadorias asiáticas. O que restava aos portugueses do século XVI de vida rural era uma fácil agricultura e um doce pastoreio; e, como outrora entre os israelitas, quase que só florescia entre eles a cultura da oliveira e da vinha. Curioso, portanto, que o processo de colonização brasileira se firmasse precisamente em base rural” (Freire, 1997: 23).

Mas as mudanças não se deram somente na esfera da exploração econômica, com fidalgos traficantes de especiarias se transformando repentinamente em proprietários de grandes extensões de terra. No plano das relações sociais, da organização da família, no surgimento de novos ritos e tradições, Freire classifica a sociedade brasileira como patriarcal e aristocrática. A relativa mobilidade social portuguesa deu lugar a um sistema rígido, estático, onde uma pequena elite de grandes proprietários rurais detinha em suas mãos a maior parte da renda e da riqueza, além do poder de vida e morte sobre seus subordinados. A família, célula básica da nova formação social, reinava soberana sobre o indivíduo. Tão acentuado foi o processo que os próprios conceitos de “povo” e “Estado” adquiriram contornos cada vez menos nítidos nas novas paragens tropicais. Afinal de contas, como chamar de “povo” uma massa de miseráveis abandonados ao “deus dará”, que não possuíam a posição de senhores nem a de escravos e nem os privilégios de nenhuma destas? Pois à massa escravizada eram garantidas ao menos as condições de subsistência, com as quais não podia contar o grande contingente de mestiços e negros libertos que vagava pelas estradas de engenho em engenho em busca de alimento. Como tratar, afirma Gilberto Freire, das relações entre este povo inexistente e um suposto Estado, num lugar onde toda forma de regulação e autoridade emanava dos “donos de terras e de escravos que dos senados de câmara falaram sempre grosso aos representantes d’el-Rei”? Uma vez que, para o sociólogo,

“Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional; sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias e autônomas; senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens; donos de terras e de escravos que dos senados da Câmara falaram sempre grosso aos representantes d’el rei e pela voz liberal dos filhos padres ou doutores clamaram contra toda espécie de abusos da Metrôpole e da própria Madre Igreja. Bem diversos dos

*criollos*² ricos e dos bacharéis letrados da América Espanhola – por longo tempo inermes à sombra dominadora das catedrais e dos palácios dos vice-reis, ou constituídos em *cabildos*³ que em geral só faziam servir de mangação aos reinóis todo poderosos” (Freire, 1997: 4).

“A sombra dominadora das catedrais” dá lugar assim, no Brasil, à “sombra do latifúndio”. A colonização sob um regime aristocrático e patriarcal, ela própria um conflito entre os costumes do novo e do velho mundo, atua como elemento gerador de novos conflitos: captura de indígenas, recuperação de práticas da antiguidade como a escravidão, revolta no interior das próprias famílias contra o senhor que a tudo dominava com mão-de-ferro. Um dos muitos conflitos do sistema, entretanto, se reveste de particular interesse para o nosso trabalho: a forma como Gilberto Freire encara a produção de alimentos no período e suas conseqüências para a formação social do brasileiro.

A eugenia e a produção de alimentos

Quando realizou parte dos estudos que deram origem à *Casa Grande e Senzala* na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, um dos problemas brasileiros que mais inquietavam Freire era o da miscigenação e de suas influências na formação do país. No prefácio à 1ª edição de sua obra ele afirma que,

“O Professor Franz Boas é a figura de mestre de que me ficou até hoje a maior impressão. Conheci-o nos meus primeiros dias em Columbia. Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos da minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação. Vi uma vez, depois de mais de três anos maciços de ausência do Brasil, um bando de marinheiros nacionais – mulatos e cafuzos – descendo não me lembro se do *São Paulo* ou do *Minas* pela neve mole de Brooklyn. Deram-me a impressão de caricaturas de homens. E veio-me à lembrança a frase de um livro de viajante americano

(2) *Criollo*: membro da aristocracia das províncias da América Espanhola, nascido no Novo Mundo e não na Europa.

(3) *Cabildo*: conselho existente nas vilas e cidades da América Espanhola, responsável pela regulação da vida de seus habitantes e pela fiscalização das propriedades públicas.

que acabara de ler sobre o Brasil: *'the fearfully mongrel aspect of most of the population'* ⁴. A miscigenação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquete-Pinto aos arianistas do congresso brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes” (Freire, 1997: prefácio).

Como o próprio sociólogo afirma nas linhas finais da citação anterior, seu pensamento deslocou-se rapidamente da raça como um problema em si para as condições econômicas e sociais que causavam a degeneração destas raças; dos mulatos e cafuzos que lhe lembravam, em seus primeiros tempos em Columbia, “caricaturas de homens”, para os fatores responsáveis pela sua transformação em “homens doentes”:

“Foi o estudo de Antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre *raça* e *cultura*; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio” (Freire, 1997: prefácio).

Nos parágrafos seguintes de seu prefácio, Freire passa a ressaltar a influência das técnicas de produção econômica na estrutura das sociedades:

“Por menos inclinados que sejamos ao materialismo histórico, tantas vezes exagerado nas suas generalizações – principalmente em trabalhos de sectários e fanáticos – temos que admitir influência considerável, embora nem sempre preponderante, da técnica de produção econômica sobre a estrutura das sociedades; na caracterização de sua fisionomia moral. É uma influência sujeita à reação de outras; porém poderosa como nenhuma na capacidade de aristocratizar ou de democratizar as sociedades; de desenvolver tendências para a poligamia ou a monogamia; para a estratificação ou a mobilidade. Muito do que se supõe, nos estudos ainda tão flutuantes de eugenia e de cacogenia, resultado de traços ou taras hereditárias preponderando sobre outras influências, deve-se antes associar à persistência, através de gerações, de condições econômicas e sociais, favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento humano” (Freire, 1997: prefácio).

É precisamente na influência – agora tão ressaltada por Freire – das técnicas de exploração econômica na formação das sociedades que podemos situar o problema da produção de alimentos no Brasil. Apesar de não mais acreditar que a miscigenação fosse o problema maior do país, responsável pelo

(4) “O assustador aspecto mestiço da maioria da população”.

aspecto doentio de grande parte dos que aqui habitavam, a eugenia (ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento da raça humana) permaneceu como um tema recorrente na obra do sociólogo. Entretanto, as diferenças somáticas e psíquicas que tornavam os brasileiros tão distantes de povos como o europeu, e que tanto preocupavam Freire não eram mais agora atribuídas à fatores genéticos, e sim às condições econômicas nas quais a produção de alimentos no Brasil estava envolvida. A determinação do destino dos povos, entre outros fatores, não passava mais por seus genes, e sim pela sua mesa.

Gilberto Freire estabelece desta forma uma relação direta entre o *clima* da região, o *regime agrícola* praticado, e suas conseqüências na formação do *caráter* do brasileiro. O tipo de clima teria importância fundamental, na medida em que juntamente com o solo fosse o responsável pela dieta seguida pela população; o regime agrícola praticado, por sua vez, determinaria qual a importância atribuída à monocultura de exportação e à produção de alimentos. A quem seriam destinadas as melhores terras e a maior parte dos recursos? Aos pequenos pecuaristas e produtores de frutas, legumes e hortaliças? Ou à grande monocultura açucareira destinada ao mercado externo? Dependendo do tipo de resposta dado a estas questões pelos organizadores da produção, a constituição física de um povo podia tomar rumos que a conduziriam a resultados extremamente diferentes.

Novamente surgem aqui, para o autor, na forma de exploração econômica do espaço, os antagonismos que tanto marcaram a história dos brasileiros. Antagonismos que no caso da produção de alimentos podem tomar a forma de conflito entre os grandes canaviais do litoral e os criadores de gado do interior:

“Pelo antagonismo que cedo se definiu no Brasil entre a grande lavoura, ou melhor, a monocultura absorvente do litoral, e a pecuária, por sua vez exclusivista, dos sertões, uma se afastando da outra quanto possível, viu-se a população agrícola, mesmo a rica, a opulenta, senhora de léguas de terra, privada do suprimento regular e constante de alimentos frescos. Cowan tem razão quando apresenta o desenvolvimento histórico da maior parte dos povos condicionado pelo antagonismo entre a atividade nômade e a agrícola. No Brasil este antagonismo atuou, desde os primeiros tempos, sobre a formação

social do brasileiro: nuns pontos favoravelmente; nesse da alimentação, desfavoravelmente” (Freire, 1997: 36).

O confronto entre duas formas distintas de exploração agrícola e de produção de alimentos não deixou dúvidas quanto aos vencedores. Freire classifica o grande latifúndio escravocrata como um sistema “criador de valores ao mesmo tempo em que devastador do solo e dos homens” (Freire, 1997: 78). Ao contrário de algumas experiências praticadas em colônias como o Havai – onde sacerdotes proprietários de engenhos praticavam regimes de exploração que davam margem ao paternalismo – o tipo de exploração empreendida no Brasil passava pela necessidade de se obter da terra e dos escravos os maiores rendimentos possíveis. “Era a sombra da monocultura projetando-se por léguas e léguas em volta das fábricas de açúcar e a tudo esterilizando ou sufocando, menos aos canaviais e aos homens e bois a seu serviço” (Freire, 1997: 40). Tal imagem, símbolo da subordinação a que foi submetida a produção de alimentos no país, surge e ressurge de forma persistente em vários trechos de sua obra. Freire passa a enumerar as conseqüências do regime produtivo adotado, cujas bases se assentavam na organização patriarcal da família e na monocultura canvieira, e a estabelecer relações entre ele e outras formas de exploração econômica praticadas por todo o mundo colonial.

Se comparada com o cultivo agrícola empreendido nas colônias inglesas do norte, por exemplo, a “sombra da monocultura” brasileira havia produzido resultados desastrosos, após algumas gerações, na conformação física de nosso povo. Pois “o brasileiro de boa estirpe rural dificilmente poderá, como o inglês, voltar-se para o longo passado de família na certeza de dez ou doze gerações de avós bem-alimentados de bifesteque e legumes, de leite e ovos, de aveia e frutas a lhe assegurarem de longe o desenvolvimento eugênico, a saúde sólida, a robustez física, tão difíceis de serem perturbadas ou afetadas por outras influências sociais quando predomina a da higiene de nutrição” (Freire, 1997: 41).

A capitania de Pernambuco representou um caso emblemático do quão distantes estávamos da possibilidade de realizar este “olhar ao passado”:

“Não só na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão como em Sergipe del-Rei e no Rio de Janeiro verificou-se, com maior ou menor intensidade, através do período colonial, o

fenômeno, tão perturbador da eugenia brasileira, da escassez de víveres frescos, quer animais quer vegetais. Mas talvez em nenhum ponto tão agudamente como em Pernambuco. Nessa capitania por excelência açucareira e latifundiária, onde ao findar do séc. XVIII e principiar o XIX, calculava-se estar a melhor terra agrícola, vizinha do mar, no domínio de oito ou dez senhores de engenho para duzentos vizinhos – ‘entre duzentos vizinhos, oito ou dez proprietários’ que de ordinário só permitiam aos rendeiros ‘plantar canna para ficarem com a meação’ – a carestia de mantimentos de primeira necessidade se faz sentir às vezes angustiosamente entre os habitantes. Debalde tentara o Conde de Nassau no século XVII dar jeito a semelhante desequilíbrio na vida econômica da grande capitania açucareira. E como na Bahia e em Pernambuco, também no Rio de Janeiro o gado não chegou nunca para ‘o consumo dos açougues e serviço dos engenhos’ evitando-se a sua presença nas plantações de cana e mesmo a sua proximidade; e tanto quanto naquelas capitanias do Norte estiveram sempre as terras no Rio de Janeiro concentradas nas mãos de poucos: grandes latifundiários plantadores de cana – inclusive os frades do mosteiro de São Bento. Sob semelhante regime de monocultura, de latifúndio e de trabalho escravo, não desfrutou nunca a população da abundância de cereais e legumes verdes” (Freire, 1997: 41).

Nem mesmo os senhores de engenho foram poupados da situação de extrema penúria que vigorava na colônia:

“Os próprios senhores de engenho dos tempos coloniais que, através das crônicas de Cardim e de Soares, nos habituamos a imaginar uns regalões no meio de rica variedade de frutas maduras, verduras frescas e lombos de excelente carne de boi, gente de mesa farta comendo como uns desadorados – eles, suas famílias, seus aderentes, seus amigos, seus hóspedes; os próprios senhores de engenho de Pernambuco e da Bahia nutriam-se deficientemente: carne de boi má e só uma vez ou outra, os frutos poucos e bichados, os legumes raros. A abundância ou excelência de víveres que se surpreendesse seria por exceção e não geral entre aqueles grandes proprietários” (Freire, 1997: 36).

Freire também ressalta a escassez de alimentos nos grandes centros urbanos da época:

“A própria Salvador da Bahia, quando cidade dos vice-reis, habitada por muito ricoço português e da terra, cheia de fidalgos e de frades, notabilizou-se pela péssima e deficiente alimentação. Tudo faltava: carne fresca de boi, aves, leite, legumes, frutas; e o que aparecia era da pior qualidade ou quase em estado de putrefação. Fartura só a de doce, geléias e pastéis fabricados pelas freiras nos conventos: era com que se arredondava a gordura dos frades e das sinhá-donas” (Freire, 1997: 39).

“A sombra da monocultura que a tudo esterilizava” produziu assim, segundo as evidências levantadas pelo autor, um regime devastador de exploração agrária, com resultados sociais semelhantes; um regime que, ao não dar oportunidades para o pequeno produtor, privilegiando a monocultura exportadora, condenou a sociedade de então a viver sob condições de extrema carestia em sua alimentação, com graves conseqüências para o desenvolvimento e conformação física de nosso povo. “Má nos engenhos e péssima nas cidades: tal a alimentação da sociedade brasileira nos séculos XVI, XVII e XVIII” (Freire, 1997: 39).

Conclusões

As constantes tensões e equilíbrios que a tanto se referiu Gilberto Freire em sua análise da sociedade brasileira podem ser retomadas na leitura de obras como *Casa Grande e Senzala* sob o enfoque da produção e abastecimento de alimentos no Brasil-Colônia: tensões entre dois regimes de produção antagônicos e excludentes – grande lavoura e produção de alimentos para o mercado interno – que se faziam acompanhar por formas distintas de organização da sociedade; equilíbrio na medida em que estes dois sistemas, cuja existência no mesmo espaço se revelou impossível com o passar do tempo, passaram a ocupar regiões distintas nas terras tropicais, com privilégio da monocultura. Da mesma maneira que fatores como a miscigenação, a dispersão da herança e o cristianismo lírico à portuguesa, com padres e pequenas capelas fazendo parte da realidade de cada engenho, contribuíram para a promoção da coesão social, o deslocamento dos pequenos agricultores e pecuaristas para as regiões do interior proporcionou a estes algumas condições mínimas de sobrevivência, mesmo com graves resultados, para o que Freire chama de reprodução e melhoria física do povo brasileiro.

É precisamente nesta questão da eugenia que podemos situar o enfoque de Gilberto Freire à produção de alimentos no Brasil. Nota-se em toda a sua obra uma preocupação constante com as condições precárias que teriam resultado em muitas de nossas deficiências morfológicas e psicológicas. Freire está longe de

ser um materialista, como ele próprio ressaltou: mas entre os fatores que mais tiveram influência em nossa formação e destino, as condições econômicas e sociais que acompanham a produção de alimentos ocupam papel de grande importância. O trecho a seguir, também retirado de *Casa Grande e Senzala*, pode ser lido como uma síntese de seu pensamento a respeito do tema:

“Se a quantidade e a composição dos alimentos não determinam sozinhas como querem os extremistas – os que tudo crêem poder explicar pela dieta – as diferenças de morfologia e de psicologia, o grau de capacidade econômica e de resistência às doenças entre as sociedades humanas, sua importância é entretanto considerável, como o vão revelando pesquisas e inquéritos nesse sentido. Já se tenta hoje retificar a antropogeografia dos que, esquecendo os regimes alimentares, tudo atribuem aos fatores Raça e Clima; nesse movimento de retificação deve ser incluída a sociedade brasileira, exemplo de que tanto se servem os alarmistas da mistura de raças ou da malignidade dos trópicos a favor da sua tese de degeneração do homem por efeito do clima ou da miscigenação. É uma sociedade, a brasileira, que a indagação histórica revela ter sido em larga fase de seu desenvolvimento, mesmo entre as classes abastadas, um dos povos modernos mais desprestigiados na sua eugenia e mais comprometidos na sua capacidade econômica pela deficiência de alimento” (Freire, 1997: 42).

Bibliografia

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1997.